



ATA N.º 57/XI-4º/2016-17

1 - Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas 21h00, no Salão da Biblioteca Maria Lamas, sito na rua do Moinho ao Raposo, na Caparica, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária Solene Comemorativa do 43º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr.^{as} Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 – Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Sérgio Cantante Faria de Bastos; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Manuel Folgado dos Santos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Foi aberto o Período de Antes da Ordem do Dia apenas para efeitos de substituição de Membros da Assembleia Municipal.

4.1 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 27 de abril de 2017, (Ent. nº 8135/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).

- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 27 de abril de 2017, (Ent. nº 8154/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).

- A Senhora Deputada Municipal Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 27 de abril de 2017, (Ent. nº 8155/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).

- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 27 de abril de 2017, (Ent. nº 8156/XI-4º), (**Conforme Anexo IV**).

- O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência no dia 27 de abril de 2017, (Ent. nº 8069/XI-4º), (**Conforme Anexo V**).

4.1.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:



- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2017, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).
 - A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2017, da eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
 - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2017, da eleita Sr.^a Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
 - O Candidato Senhor Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2017, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
 - A Candidata Senhora Joana Rodrigues Mortágua, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2017, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.^a Fátima Maria da Silva Nogueira Marras, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X e XI**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento da Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituída na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Sr.^a Maria do Rosário de Sousa Carrança Quintas, (**Conforme Anexo XII**).
- 5** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram-se as faltas dos Srs. Deputados Municipais Daniel Pedro Sobral e Ana Marques Serra e Moura Salvado.
- 6** – Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:
- “Srs. Deputados Municipais;
- Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, também as Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados Municipais, os distintos convidados e distintas convidadas, representantes das Forças Vivas do nosso Concelho, muito grato pela vossa presença.
- Também um cumprimento às demais Senhoras e Senhores Múncipes que testemunham este ato e que muito nos honra.
- Esta é uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, uma Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril e do seu 43º Aniversário. Comemoramos assim o gesto patriótico dos Capitães de Abril que nos abriram as portas da Liberdade. Comemoramos a Revolução de Abril obra e feito do Povo e do Movimento das Forças Armadas. Comemoramos a Constituição da República Portuguesa e a consagração das conquistas de Abril e comemoramos o Poder Local Revolucionário e Constitucional que participamos e partilhamos.



A nossa Sessão irá decorrer em dois momentos mais um momento. O primeiro período dedicado ao verbo nas intervenções dos Srs. Deputados Municipais ou Deputadas Municipais. Um segundo período dedicado também ao verbo mas no verbo cantado com a atuação do Coro do Clube do Sargento da Armada que aproveito para agradecer a disponibilidade, gratidão à Direção do Clube, ao Coro e ao Sr. Maestro Comandante Euclides Pio. Um outro período de verbo generalizado em convívio que será logo após o final do concerto do Coro e que terá lugar na área da receção da nossa biblioteca.

Por último um agradecimento aos Serviços Municipais pela ajuda na organização, em particular ao coletivo desta Biblioteca Municipal Maria Lamas e ao Coordenador Luís Barradas que foram inexecutáveis na organização desta nossa Sessão.”

7 – Deu-se início à Sessão Comemorativa com as intervenções alusivas à Comemoração dos Srs. Deputados Municipais, do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.1 – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Fernando Santos (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

25 de Abril, tempo de celebração, sem dúvida. 25 de Abril, tempo de reflexão, com certeza. Celebração de todas as conquistas alcançadas e que foram muitas e todos temos consciência disso. Todos temos consciência disso, sobretudo para quem tem mais de cinquenta anos e para aquelas que não querem que a história anterior a 1974 se repita. De reflexão porque o 25 de Abril não foi um destino alcançado, apenas um percurso iniciado e como alguém sabiamente disse há dois dias atrás “Ainda há muito Abril para cumprir”.

Não podemos esquecer que uma das grandes conquistas foi a das eleições livres, do voto secreto, dar finalmente a voz ao Povo. Atualmente mais de cinquenta por cento dos eleitores não vota e não faz uso da voz que têm e pelo qual tanto lutaram e pelo qual tantos lutaram para que tal fosse possível. Por isso reafirmo, 25 de Abril, tempo de celebração sem dúvida, mas 25 de Abril tempo de reflexão com certeza.”

7.2 – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quarenta e três anos passaram desde a liberdade de dizer o que se pensa, como se pensa e para o que se pensa. Vive-se e respira-se liberdade.

Primeiro do que tudo saudar mais uma vez aqueles que com coragem, com espírito transformador e com abnegação enfrentaram um regime musculado e pronto a não facilitar escorregadelas. Saudamos aqueles que com coragem escreveram mais uma página da história do país condicionando o nosso presente e aquilo que vivemos hoje. Saudamos ao mesmo tempo o povo português, pois o 25 de Abril é sobretudo do povo pois para o povo foi feito e pelo povo ele foi concretizado. A data que se recorda hoje não tem nem deve ter donos. A ter um dono ele é sem dúvida o povo português.



Saudamos a liberdade de expressão, a liberdade de escolha o destino das nossas vidas, a liberdade de fazer as escolhas da nossa Cidade e a liberdade de escolher quem governa o nosso país.

Saudamos ao mesmo tempo a livre iniciativa, a propriedade privada e o direito à individualidade de cada cidadão, consciente contudo que está inserido na sociedade e com ela deve contribuir.

Saudamos o multipartidarismo e o sindicalismo, como saudamos ao mesmo tempo as organizações da sociedade privada e públicas que contribuem para a intervenção dos cidadãos na concretização de uma plena cidadania ativa. Mas saudamos também as organizações internacionais que ajudam e colaboram com o país para manter a paz, a tranquilidade e a segurança.

Saudamos os povos irmãos outrora desavindos, têm hoje em dia um papel fundamental na constituição de uma sociedade mais livre e solidária aproximando culturas, preservando laços futuros. A todos eles uma saudação especial.

Neste dia saudamos ainda todos aqueles que contribuíram para a institucionalização de um regime verdadeiramente livre, de representação parlamentar, com eleições livres, com partidos políticos, com associações políticas e sindicais e com livre propaganda sem censura e sem lápis azul, ou de outras cores.

É essa força e esse espírito português de rejeitar de uma vez por todas totalitarismos, regimes opressores e impositores da vontade popular que saudamos mais um aniversário do 25 de Abril.

Saudar Abril é dar continuidade ao futuro e continuar a implementar o seu desígnio e o seu propósito.

Sr. Presidente da Assembleia, também em Almada, Concelho com tradições abrilistas, deve seguir o seu caminho e concretizar os desígnios proclamados por Abril para que se cumpra nomeadamente um dos desígnios dos três “D”, o Desenvolvimento. Se não duvidamos que haja democracia no nosso Concelho, os almadenses apelam a um maior aprofundamento dos mecanismos e instrumentos que o poder decisor pode e deve colocar ao serviço dos cidadãos para uma plena intervenção dos valores democráticos, consoante a verdadeira vontade do cidadão é concretizar Abril e solidificar o papel da participação democrática do povo almadense.

Os Municípios têm cada vez mais nos tempos que correm um papel crucial no aprofundar de uma democracia participativa, tendo o Poder Local a missão de aproximar os decisores dos cidadãos, contribuindo para uma sociedade mais justa, mais solidária e mais integrada.

O Orçamento Participativo, o contato no terreno permanente com a população tal como a reciprocidade de informação e decisões entre os cidadãos e eleitos, devem ser consolidados para que tenhamos um Concelho em que todos façam parte das decisões.

Quanto ao desenvolvimento é preciso dar ao Concelho novas oportunidades, novos desígnios e criar novas condições para que a livre iniciativa possa ter confiança para projetar Almada na concretização do desenvolvimento de há quarenta e três anos ambicionado por Abril.

Só uma Cidade desenvolvida e ambiciosa será capaz de vencer as dificuldades da vida criando atratividade de pessoas e bens e criação de emprego fazer uma economia sólida.



Aos eleitos em Almada o povo pede que seja cumprido esse desígnio para que se cumpra verdadeiramente Abril.”

7.3 – Usou da palavra a Sr^a. Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada

Sr. Presidente e vereadores da Câmara Municipal de Almada

Sras e Srs Deputados

Sras e Srs Munícipes

Sras e Srs Convidados

Nunca será suficiente evocar a memória dos horrores do fascismo, não por qualquer tipo de masoquismo histórico. Para evitar que alguma vez tenhamos o que Antero de Quental dizia ser “uma voz íntima que protesta em favor do passado” como se procurasse absolvição pelo que não fizemos, pelo que não vivemos.

A imagem de um regime violento que prendia, que torturava e que matava, que quis um império manchado de sangue e por ele fez uma guerra tão estúpida que para muitos povos a paz ainda lhes é convalescença, a verdadeira imagem violenta desse regime, não pode morrer com as suas vítimas, e é esse o papel da memória.

É em abril que Portugal se reencontra consigo próprio. Acertando as contas entre o país prometido e o país realizado, em abril temos sempre a alegria dos vencedores. Sem essa memória, sem a memória dessa vitória, estaríamos irremediavelmente condenados à solidão de lutar num presente contínuo, sem consciência de que somos portadores de uma herança chamada Liberdade e que nos cabe, em cada momento, defendê-la com a mesma convicção daqueles que a conquistaram.

Por isso todas as homenagens aos homens e mulheres que no passado resistiram e que no passado lutaram, para além de merecidas e de lhes serem devidas devem ressoar-nos no peito como apelo à nossa coragem e à nossa inquietação, como um apelo a todos e a todas à luta. E devemos fazê-lo, porque lutamos em liberdade.

E o melhor da democracia será sempre a liberdade, a liberdade de discordar do poder seja ele qual for, de o desafiar, de dar corpo e voz à sua alternativa, de defender a rutura, e de, ainda assim, poder andar na rua sem olhar por cima do ombro, e poder andar na rua sem ter medo.

A disputa do poder político em campo aberto é o que permite a cada povo em cada momento decidir o país que quer construir. E Portugal, tal como escreveu na Constituição, quis ser “uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes”.

Essa foi a assinatura popular da revolução de Abril, porque, ao sair de um regime em que a exploração era a outra face da violência, o povo quis os direitos por inteiro, o direito à igualdade, direito ao trabalho, direito à educação, e o direito à saúde. E só isso explica que tenhamos passado de uma Constituição de 1933 inspirada em Mussolini para uma constituição de 1976 inspirada no socialismo: foi o povo na



rua a recusar a pobreza, a recusar a miséria e o analfabetismo, a escolher um projeto de igualdade, emancipação social e universalização de direitos.

Quarenta e três anos o projeto de Abril é o projeto que agora nos dizem ser uma expressão populista do impossível. 43 anos depois dizem-nos que é impossível cumprir o projeto que há quatro décadas atrás nos resgatou ao obscurantismo. É esse o projeto, o projeto dos direitos, o projeto da emancipação que nós hoje afirmamos à procura de um caminho de esperança para Portugal.

Os conservadores, os centristas dirão que há demasiados perigos nos caminhos da esperança, mas o maior perigo é nós continuarmos amarrados e submetidos a quem nos quer pobres.

Depois da crise de 2008 a troika foi uma garantia de espoliação do trabalho para a recuperação e para a acumulação de lucros. Apesar de corresponder a um velho sonho da direita, esse projeto de exploração, esse programa da troika afirmou-se contra a democracia, afirmou-se acima da democracia e afirmou-se para além do escrutínio das portuguesas e dos portugueses e por isso, só por isso teria de se afirmar contra a Constituição da República Portuguesa e a democracia. Foi um ataque ao salário e ao Estado Social sem precedentes, com consequências devastadoras e hoje a extrema direita alimenta-se dessa violência social, por causa desses cortes, por causa dessa violência, por causa da corrupção. Dirão que a democracia está em crise, mas a verdade é que a democracia está só descredibilizada por um capitalismo, pelos mercados, pela falta de liberdade para defender o que é nosso. E a saída da troika do país não resolve esse problema quando o salto é direto para o tratado orçamental, quando gastamos mais de juros da dívida pública do que aquilo que gastamos em educação e em saúde. Assim o sonho de Abril não se cumpre, Portugal não se reencontra consigo próprio, nem com aquilo que decidiu para si em Abril.

A Europa virou-se contra nós e contra os nossos direitos e a nossa liberdade é defendermo-nos, a nossa liberdade é desobedecer, por causa disso dirão que nos fechamos em nós próprios e nós responderemos que a única solidariedade que nos interessa é aquela que defende os povos, sejam os povos que aqui vivem, sejam os povos que fogem da guerra.

Abril não é passado, Abril deu-nos instrumentos para defender tudo isto, porque ao mesmo tempo que nos deu educação e nos deu direito à saúde e também nos deu a Escola Pública, também nos deu o SNS, também nos deu os sindicatos, também nos deu a liberdade de greve, também nos deu o pluripartidarismo, também nos deu a liberdade de ocupar as ruas para defender os direitos de Abril e tantos mais quantos quisermos conquistar no futuro. Também nos deu o direito de ocupar as ruas para defendermo-nos contra todas as discriminações, contra a homofobia, pela igualdade de género e todas as lutas têm que ser feitas no caminho do progresso.

Abril fez-se pelas razões certas e deu-nos todos os instrumentos de luta, que não nos falte coragem para cumprir.”

7.4 – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,



Senhor presidente da Câmara,
Senhoras e senhores vereadores,
Senhoras e senhores deputados municipais,
Caros funcionários da autarquia,
Caros convidados,

Nestes dias, por todo o país, comemoramos uma vez mais, um acontecimento histórico que marcou profundamente as atuais gerações. - O dia 25 de Abril de 1974 foi um dos dias mais importantes para Portugal e para os Portugueses.

Mas o 25 de Abril é mais do que uma data. É a memória de quem sofreu, de quem perdeu um ente querido, e até de quem perdeu a própria vida.

Saudamos, por isso, vivamente, os heróis que lutaram pela nossa pátria, bem como o Movimento das Forças Armadas, que com garra e resiliência, substituíram em 1974, uma das ditaduras mais longas da Europa, pela democracia, através de uma revolução silenciosa, mas um exemplo de orgulho para Portugal e para o Mundo.

Um ano depois, Portugal já participava ativamente naquelas que vieram a ser as eleições mais concorridas de sempre. Desde aí, crescemos enquanto sociedade, e fizemos de um país atrasado no seu tempo, um Portugal desenvolvido, usando os nossos recursos naturais, mas também ferramentas europeias com a adesão à comunidade económica europeia.

Desde 1975, que o PSD, partido que nasce da liberdade, luta para alcançarmos um país ainda mais forte, sustentável e capaz de cumprir com as suas obrigações, mas sem nunca esquecer a base dos seus valores de reformismo, humanismo e justiça social.

Citando Zeca Afonso: *“O Povo é quem mais ordena”*. Assim, em Almada, respeitamos os partidos eleitos pelo povo, da mesma forma como gostamos de ser ouvidos e respeitados. E por isso, também o PSD tem lutado, junto dos cidadãos, através de uma oposição coerente e responsável. Somos a voz de um povo esquecido no seu tempo e que a liberdade conquistada em 74 ainda não fez de Almada, um concelho onde a voz dos seus cidadãos seja tão ouvida e respeitada como podia e devia.

Almada, é aos dias de hoje considerada a “Outra Margem”. E é definitivamente a outra margem. A margem do desinvestimento e da incapacidade de atrair novos investimentos reprodutivos, a margem do pouquinho, a margem da inércia. Um diamante por esculpir, e com falta de ambição estratégica pelo atual executivo.

O PSD, continua a ser como em anos anteriores, um partido de diálogo e atento às necessidades dos almadenses. Por isso, temos denunciado diversos problemas que achamos serem um estrangulamento no nosso concelho:

- ✓ A extinção da Ecalma para que acabe de vez com a caça à multa e por sua vez a criação da Polícia Municipal, que traria sem dúvida, mais segurança aliada a uma componente pedagógica.
- ✓ Propusemos a criação de um verdadeiro parque empresarial e tecnológico para que Almada se torne uma referência e uma cidade de “primeira linha” para viver e trabalhar.



- ✓ Propusemos que Almada implementasse o IMI familiar para aliviar de forma significativa os impostos das famílias mais numerosas.
- ✓ Continuamos a exigir que se dê aos cidadãos a oportunidade de viverem numa cidade amiga do ambiente e que tenham direito a uma verdadeira ciclovía e não as vias cicláveis inseguras que hoje existem.
- ✓ Queremos o alargamento dos horários das bibliotecas para que estas cumpram com as necessidades de quem as procura.
- ✓ Queremos uma cidade onde as barracas que se vão multiplicando ao longo de décadas, se erradiquem, e que a folga orçamental que tanto nos deve orgulhar, sirva para que todos os habitantes usufruam de estradas pavimentadas e passeios calçadados.
- ✓ Exigimos a criação da loja do cidadão e que esta seja implementada no centro de Almada, junto do comércio local e dos transportes.
- ✓ Desejamos e ambicionamos um espaço público requalificado, mais limpo, seguro e onde se incentive uma vida comunitária, cada dia mais rica, inclusiva e com maior qualidade de vida.

Numa outra perspetiva, mas com a mesma garra, o Movimento das Forças Armadas romperam com o passado.

Queremos nós agora também, à luz dos dias de hoje, um Abril igualmente forte, fazendo de Almada, uma cidade que valorize os seus recursos e que capte mais e melhor investimento.

Queremos com Abril, uma cidade que se destaque na Área Metropolitana de Lisboa pela sua mobilidade, capacidade de gerar emprego e gerar riqueza.

Queremos com Abril abraçar os mais de 15kms de praias e promover o turismo de aventura, náutico, cultural e religioso.

Queremos com Abril usufruir de espaços culturais, úteis e agradáveis de visitar em família e dizer NÃO a estátuas megalómanas que nada dizem e que nada transmitem.

Queremos com Abril uma Almada mais forte e que nos encha de orgulho a todos.

Abril, deve ser mais do que ser legitimamente eleito pelo povo. É ser eleito, mas cumprir, e fazer cumprir, o dever cívico de suprir as necessidades dos cidadãos, bem como melhorar as condições de vida das populações.

Abril, é mais do que um cravo na lapela ou um discurso em praça pública.

É construir o futuro lado a lado de quem nos elege.

Abril, exige de nós, autarcas, que tenhamos a mesma garra no dia-a-dia, que temos habitualmente em cada 25 de Abril, quando gritamos *“25 de Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais!”*.

Mas não temos dúvidas que celebrar este dia, é também homenagear quem por ele lutou, e por isso, a melhor homenagem que podemos fazer, é olhar para trás, analisar o que foi feito e tentar perceber não só o que correu bem, mas saber onde falhámos e ter a coragem de aceitar isso com humildade, para que nos próximos 43 anos, não venham as futuras gerações a pagar pelos sucessivos erros cometidos.



Queremos com Abril, ter a coragem de mudar, a coragem de construir o futuro, como outrora, outros, tiveram a coragem de fazer a Revolução!

Queremos com Abril, continuar a conquistar a liberdade, mas sem nunca pôr em causa o futuro.

E por isso, comemoramos hoje este dia.

Porque a Liberdade não tem dono, e é de todos nós.

Viva Abril, viva Almada!"

7.5 – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Sras e Srs Deputados Municipais

Caros Múncipes presentes, que nos honraram com a vossa presença nesta sessão da Assembleia Municipal em que se comemora o 43.º aniversário do 25 de abril

Minhas Senhoras e meus senhores

Reunimo-nos hoje para assinalar mais um aniversário daquele dia inteiro e limpo que pôs fim a 48 anos de escuridão.

Durante 48 anos, de 1926 a 1974, os portugueses viveram privados da liberdade e sem direitos de participação cívica e política, num país votado ao subdesenvolvimento, à pobreza e ao analfabetismo.

Nesses tempos a mera discordância podia acarretar o despedimento ou a expulsão das escolas e universidades e o exercício dos direitos políticos era punido com a prisão, a tortura ou o exílio.

Mas mesmo nesses tempos houve quem se levantasse contra o fascismo, colocando em risco a liberdade e a vida.

Aos resistentes antifascistas, àqueles que resistiram, àqueles que disseram não, nunca seremos suficientemente gratos.

Como nunca seremos suficientemente gratos aos oficiais e sargentos, soldados e marinheiros que, arriscando tudo, devolveram aos portugueses a liberdade, a dignidade e a esperança, na jornada libertadora do 25 de abril.

Naquele dia as colunas de militares revoltosos convergiram para Lisboa, ocupando o Terreiro do Paço, o Aeroporto, a televisão e as rádios, entre outros objetivos estratégicos, e, finalmente, cercando o Quartel do Carmo onde se refugiara o ditador Marcelo Caetano.

As imagens e os sons daquela manhã e daquela tarde nunca sairão da memória dos que tiveram a possibilidade de as viver, em direto ou pela televisão e pelas rádios.

Como esquecer a generosidade daquele povo que respondeu aos apelos do futuro e ocupou as ruas, como esquecer a coragem e a firmeza de Salgueiro Maia, verdadeiro intérprete da vontade do Portugal que queria ser livre, ter paz e ter pão.

O povo saiu à rua, seguiu os militares, subiu para os tanques, pôs cerco à sede da polícia política.



A determinação dos militares e o mar de povo na rua inviabilizaram a resistência dos defensores do regime e criaram as condições para o desfecho vitorioso e pacífico do movimento revolucionário.

Foi uma jornada gloriosa que nos trouxe a liberdade e a paz, pondo também fim a 13 anos de guerra colonial que martirizou a juventude portuguesa, condenada a servir numa guerra que não entendia nem apoiava, uma guerra que combatia os movimentos independentistas que lutavam em África e na Oceânia pela libertação das suas terras.

Restaurada a democracia libertaram-se os presos políticos e voltaram para Portugal os dirigentes políticos que sofriam no exílio o preço da sua verticalidade.

Uma palavra de justiça e homenagem àqueles que regressaram ainda em abril ajudando à consolidação do regime democrático que dava os primeiros passos e à afirmação dos partidos políticos até então perseguidos e clandestinos.

Muitos avanços e recuos se viveram a partir de então. Muitas esperanças e muitas desilusões. Sonhos mobilizaram multidões e muitos caminhos foram trilhados.

A Democracia consolidou-se. Pluralista, e respeitadora da Lei. Com dimensão e ambição social.

Foi possível construir uma sociedade integrada na Europa, aberta e cosmopolita, solidária e inclusiva, imperfeita é certo, mas felizmente tão longe do atraso e da miséria do Portugal Salazarista e Marcelista.

Progredimos imenso na educação e na saúde. O Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública permitiram que o país desse um salto da noite dos tempos para modernidade.

Progredimos menos no que respeita ao terceiro D do Programa do MFA, o desenvolvimento. Ainda temos muito que andar no que respeita à atividade económica e ao nível de vida dos portugueses.

Entre 2011 e 2015 houve quem tentasse convencer os portugueses que tinham vivido acima das suas possibilidades, que os recursos para a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde não eram suficientes para manter serviços de qualidade e para todos, que a segurança social não era sustentável e que os jovens atuais não teriam direito a reforma.

Tentou-se virar os jovens contra os velhos, os funcionários públicos contra trabalhadores do privado.

Aumentaram-se impostos, cortaram-se rendimentos.

Felizmente hoje podemos afirmar com renovado vigor a esperança e o caráter social da democracia portuguesa.

Hoje, 43 anos depois de abril, olhamos com esperança e ambição para o futuro, que queremos mais próspero e mais solidário, numa sociedade mais rica mas mais igualitária.

Sabemos que a indispensável consolidação das contas públicas continuará a exigir esforço aos portugueses, mas sabemos agora que é possível fazer esse caminho com mais justiça e equidade, melhorando a vida dos portugueses a cada ano que passa.

Os estudos de opinião que vêm sendo realizados mostram uma maior confiança relativamente à evolução do desemprego e à situação económica do país. Os portugueses acreditam que o próximo ano será melhor que este.



A mesma trajetória tem sido registada no que se refere à avaliação dos órgãos de soberania, que recuperam de perceções muito negativas que caracterizaram os últimos anos.

Mas a democracia exige empenho constante dos seus apoiantes. Nunca de pode dar por concluída e segura.

É sempre necessário consolidá-la e aprofundá-la

Afirmar abril passa por fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para dar novos conteúdos à democracia, acrescentando à participação política mediada pelos partidos a participação direta dos cidadãos na resolução dos seus problemas e na concretização dos seus projetos e anseios.

Neste âmbito merece referência especial o Orçamento Participativo que tem demonstrado, em muitas cidades portuguesas e um pouco por todo o mundo, ser um instrumento de aproximação entre os cidadãos e a vida pública.

O Partido Socialista propôs e a Assembleia Municipal de Almada aprovou o Orçamento Participativo Jovem que está neste momento em implementação.

Avançaremos também com a proposta de concretizar o Orçamento Participativo Municipal, alocando uma verba significativa para que os almadenses possam propor e escolher diretamente projetos a concretizar no concelho.

Afirmar abril também passa pelo apoio a todas as famílias na área da educação, garantindo a escola a tempo inteiro para todos e investindo decisivamente na promoção do sucesso escolar, na área da saúde, melhorando a oferta do Serviço Nacional de Saúde, na área do apoio aos idosos apoiando as famílias e os cuidadores. Afirmar abril passa igualmente por investir decisivamente nas áreas da habitação social, da cultura, do desporto e da atividade física.

Afirmar abril é, em cada dia, fazer com que a vida das pessoas melhore, no que respeita à recolha do lixo e limpeza urbana, à valorização do espaço público e à aposta na mobilidade.

Aliás, o que dá nobreza e razão de ser à política é contribuir sempre para que a vida das pessoas melhore.

Afirmar abril é ter a humildade de perceber, em cada dia que passa, que muito ainda temos de fazer para que o país, o nosso concelho, a nossa freguesia, responda melhor às necessidades e expectativas de todos.

Viva o Concelho de Almada

Viva o 25 de abril

Viva Portugal

25 de abril sempre.”

7.6 – Usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

“A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.”



É a frase inaugural de um dos mais belos e progressistas textos constitucionais do mundo, a Constituição da República Portuguesa.

Esta constituição que, aprovada a 2 de Abril de 1976 pelos Deputados Constituintes, eleitos nas primeiras eleições em liberdade, entre eles José Manuel Maia, atual presidente desta Assembleia, e promulgada no mesmo dia pelo Presidente da República, Marechal Costa Gomes, é consequência da vitória da Revolução de Abril.

A 25 de Abril de 1974, o Povo Português emergiu de um dos mais negros períodos da sua História, derrubando o regime fascista e iluminando o rumo do progresso sobre os escombros de uma ditadura desumana.

Porque há quem queira branquear a história, e para que ninguém apague a memória, recordemos...

O Regime Fascista, por quase meio século traduziu-se na ausência das mais elementares liberdades, baixos níveis de vida, brutal exploração, obscurantismo cultural, repressão das mais simples manifestações de descontentamento, prisões de longos anos, torturas até à morte e assassinatos de dezenas de resistentes, entre eles muitos comunistas.

A história da ditadura é uma história de polícia política, de cadeias como Caixas e Peniche e, por que também no regime fascista português houve, de Campos de Concentração, como o do Tarrafal.

O Tarrafal, que ficou tristemente conhecido como Campo da Morte Lenta, foi a expressão mais acabada de brutalidade de repressão fascista, para lá foram desterrados mais de 340 presos políticos, só ali foram assassinados 32.

Mas, as forças do Fascismo também assassinavam à queima-roupa, nas ruas ou nos campos, resistentes antifascistas que encabeçavam a luta de massas e militantes clandestinos, no decurso da sua atividade militante.

Aqui, reunidos em Almada é imperativo mencionar e recordar Cândido Martins Capilé, operário corticeiro assassinado a tiro na Cova da Piedade a 11 de Novembro de 1961, quando encabeçava uma manifestação de massas contra a burla eleitoral fascista e a exigência de liberdades democráticas, que reclamava “Liberdade, Paz e Amnistia para os presos políticos”, e que foi então dispersada a tiro de metralhadora pelas forças da repressão.

Todavia, perante tal brutalidade da repressão policial, o povo de Almada, sempre consciente e interventivo demonstrou uma imensa solidariedade com os manifestantes e, realizou uma grandiosa jornada de protesto contra a barbaridade fascista, que teve lugar, três dias depois, em Cacilhas. Concentrou-se ali uma multidão que esperava o corpo do jovem corticeiro assassinado. Corpo que nunca chegou a cruzar o rio, pois a PIDE o desviou para um cemitério de Lisboa, tentando dessa forma evitar que o funeral de Cândido Capilé se transformasse noutra grande manifestação popular contra a ditadura.

O fascismo em Portugal retirou à juventude a possibilidade de escolha do seu caminho, de concretização das suas aspirações, roubou-lhe os sonhos. Deu-lhe o medo, a fome, a guerra e a emigração como solução.



Hoje, ao comemorarmos o dia 25 de Abril não comemoramos apenas um momento histórico, como muitos querem fazer crer.

Comemorar o 25 de Abril de 1974 é defender os direitos conquistados, é lembrar aos portugueses que com a Revolução se conquistou uma vida mais digna, que nos têm vindo a querer retirar.

Com a Revolução dos Cravos foram conquistadas a liberdade sindical, de reunião e de associação, a liberdade de expressão e de imprensa, realizaram-se eleições livres e conquistou-se o direito à greve e à livre formação de partidos; formaram-se autarquias locais democraticamente eleitas e Regiões Autónomas nos Açores e na Madeira; pôs-se fim a 13 anos de guerras coloniais e reconheceu-se a independência das ex-colónias; estabeleceu-se o salário mínimo nacional, criaram-se os subsídios de férias e Natal, o subsídio de desemprego e as pensões e reformas generalizadas a todos; concedeu-se o direito de voto aos 18 anos, reconheceu-se a plena igualdade de direitos para as Mulheres e homens, concedeu o direito à saúde, ao ensino e à educação universais e tendencialmente gratuitos.

A juventude de hoje tem consigo o peso da responsabilidade de não deixar que se apague no tempo este momento maior de libertação do nosso povo e assim edificar um futuro com ligação aos valores de Abril.

Uma tarefa que nos querem dificultar, mas a juventude luta e resiste, sempre o fez, e continuará a ser força viva na reivindicação de um futuro melhor.

A Revolução de Abril não foi porém apenas esse ato heroico e decisivo. A revolução de Abril não foi se quer apenas um ato, foi um processo. Abril ainda é um processo.

Se o poeta cantava “Falta-se Cumprir Portugal”, nós afirmamos que “Falta-se cumprir Abril”.

Vivemos num tempo marcado por uma situação internacional instável e inquietante. Encontramo-nos perante um avanço de forças fascistas, um crescente militarismo, e uma multiplicação de guerras de agressão imperialistas, que atacam os direitos, liberdades e garantias fundamentais, a pretexto do 'combate ao terrorismo'.

Passados 43 anos do 25 de Abril é preciso, mais do que nunca, uma solução pacífica dos conflitos e é imperativo travar o avanço de forças xenófobas, racistas e fascistas, através de uma política de paz, amizade e cooperação entre os povos, princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Retomando então à nossa Constituição, refletamos sobre a enorme distância que separa os generosos princípios e objetivos constitucionais, da realidade nacional que hoje vivemos, resultado da política de sucessivos governos.

Ainda que alguns pretendam impor uma cada vez maior distância, os valores e princípios que os Deputados Constituintes consagraram no texto fundamental do nosso Estado de Direito, mantêm-se no essencial, e garantem ao Povo Português a possibilidade de trilhar os caminhos do Progresso, do Desenvolvimento e da Paz, caminho que começámos a desbravar em 25 de Abril e 1 de Maio de 1974.

Convido-vos à reflexão sobre esta realidade, contrariando o pessimismo, a falta de esperança, a resignação e o medo, para que se fortaleça no nosso país uma indomável vontade coletiva de, através



do pleno e intransigente exercício dos nossos direitos e liberdades, conquistados com a Revolução de Abril, abrir novos horizontes de esperança e de progresso social.

Viva Almada!

Viva a Liberdade!

Viva o 25 de Abril!”

7.7 – Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal Joaquim Judas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É para nós naturalmente um imenso orgulho estarmos aqui em Almada numa reunião extraordinária da Assembleia Municipal, a comemorar os 43 anos do 25 de Abril.

Porque Abril está vivo, Abril não é uma mera data simbólica de um acontecimento particular da nossa história, mas Abril é algo que nos continua a mobilizar como todos tivemos consciência na noite de 24 para 25 de Abril, na Praça da Liberdade e Praça São João Baptista cheia de gente que respeitosa e ouviu as intervenções que ali foram proferidas.

Abril está vivo em Lisboa, na avenida da Liberdade cheia, com dezenas ou centenas de milhares de pessoas a desfilar, organizações das mais diversas assim como esteve viva na manhã de 25 de Abril na nossa Praça do MFA na homenagem que ali foi prestada aos Perseguidos.

Abril somos todos nós na nossa responsabilidade individual e coletiva de cumprir aquilo que são as palavras que proferimos e essa temos todos plena consciência que tem sido talvez a maior dificuldade, fazer com que os atos acompanhem as palavras, fazer com que o discurso repetido não se perca, não se transforme num vazio, não promova o descrédito, não nos afaste da confiança de que somos capazes de ultrapassar obstáculos. Essa é a grande dificuldade, como vencer as desigualdades se, se promovem políticas que as aprofundam? Como defender a democracia e a liberdade se não se tem coragem de defender a soberania e a independência nacional nos momentos em que ela deve ser afirmada e deve ser defendida? Como defender a paz quando promovemos o medo e a desconfiança nas relações entre nós?

Estes são os nossos desafios de hoje e que são incompatíveis com muito do discurso que é feito. Precisamos de resolver os problemas com os nossos recursos. O povo não precisa de chavões, precisa de atos, precisa de fóruns onde se possa encontrar. É isso que se procura fazer e que temos feito aqui em Almada. Temo-lo dito, talvez não exista outra Cidade ou outro Município em Portugal que tenha sido tão devastado pelas transformações socioeconómicas que ocorreram, não com Abril, mas em muitos dos anos que seguiram a Abril e contra Abril.

Somos hoje uma Cidade de serviços, fomos antes uma grande Cidade industrial, e fomos capazes de superar essa transformação. Foi fácil? Não, não foi fácil. Os mais velhos lembrar-se-ão, os que trabalhavam nos Estaleiros, mas não só os que trabalhavam nos Estaleiros, aqueles que acompanhavam a economia que se desenvolvia a partir dos Estaleiros e com os Estaleiros. Onde está o Arsenal com três mil e quinhentos trabalhadores, à volta de quinhentos trabalhadores nos dias de hoje? E no entanto se formos comparar o nosso Município com outros, não pela nossa iniciativa, mas por



aquilo que os Centros de Investigação nos fazem chegar, somos ainda dos Concelho onde as pessoas mais gostam de viver, dos Concelhos com maiores níveis de desenvolvimento e de bem-estar. E, somo-lo graças em larga medida a um Poder Local sempre aberto e que sempre criou raízes e aprofundou raízes com base na participação da população.

Não são só os dois Congressos Almada que realizámos nos dois anos, esses são o epifenómeno da participação constante.

O Poder Local em Almada apoiou em 2016 mais de quinhentos projetos de diversas associações, coletividades e instituições, em valores que ultrapassam largamente os cinco milhões de euros. Para concretizar projetos não dos órgãos do Poder Local, mas sim projetos dessas associações, clubes e instituições.

Podemos ir mais longe sempre, porque Abril não se esgota, Abril continua-se e prolonga-se. Abril não é autossatisfação, Abril exige de todos nós sempre fazer um pouco melhor e sempre um pouco mais longe. E comemorar Abril hoje é também conseguirmos perceber que não há inevitabilidades e condições que sejam inultrapassáveis, porque o arco da governação é um conceito que foi enterrado. A governação provou-se neste ano e meio que pode ser de todos e para todos e que esse facto nos permite acrescentar liberdade à liberdade, democracia à democracia e naturalmente é por esse caminho que havemos de conseguir de facto os níveis mais altos de desenvolvimento e a mais justa distribuição de riqueza que todos desejamos.

Não há quintas em Abril. Durante quarenta anos parecia que alguns nunca poderiam chegar ao poder. Já depois de Abril, não foi só antes de Abril, foi já depois de Abril. E até parece que a Europa não se adapta ainda a essa realidade de Abril. É que em Portugal todos podem ter acesso ao Poder e todos podem influenciar o poder, é uma lição. Mas mais do que uma lição é um impulso que vive neste povo, neste povo português. Impulso em Almada que também contribui em muitos momentos e com certeza continuará a contribuir. Pela vontade de cada um dos cidadãos e das cidadãs, dos que votam e dos mais jovens que ainda não votam, mas sempre com a responsabilidade plena que os eleitos têm ou devem ter para respeitar o voto daqueles que neles depositam a sua confiança. E por isso é muito importante.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesias é muito importante que esta Comemoração se realize, porque apelando ao povo e à mobilização popular para defender Abril, os eleitos em liberdade e em democracia, estão também aqui para afirmar Abril. A nossa democracia é uma democracia plena porque conjuga bem e cada vez melhor o valor da representação política com a importância decisiva da intervenção dos cidadãos e dos trabalhadores na vida nacional.

E era aqui que queria terminar, porque a nossa democracia também não pode ficar à porta das fábricas e das empresas. A democracia para ser plena é necessário que aqueles que com o seu trabalho constroem este país vejam reconhecido o mérito do seu esforço. Nós não acompanhamos as teses chamadas meritocráticas, em que nos procuram dividir com uns que são muito bons e excepcionais e os



outros que não chegam lá e que não prestam. Somos uma força coletiva, todos, os trabalhadores no ativo e aqueles que já trabalharam, mas sobretudo, sobretudo ponhamos os olhos na nossa juventude para quem este país deve ser também o lugar e o posto do trabalho reconhecido por aquilo que eles são capazes de fazer e é muito, é preciso que em Portugal haja lugar para que os jovens aqui se realizem plenamente. Porque, um país que não consegue criar essas condições para a sua juventude é um país que não tem futuro. Não nos podemos conformar com o anúncio de que em 2050 ou em 2080 seremos sete milhões e meio e que seremos um país de gente idosa, onde é que vamos por este caminho? Podemos-nos conformar com essa situação? As questões do desenvolvimento e da justa distribuição da riqueza são questões centrais para o qual Almada, o Poder Local de Almada sem discriminações está disposta a dar a sua contribuição indo tão longe quanto possível e tão longe quanto os almadenses no seu conjunto o desejem. Porque, acreditem, esta terra que muito deu para que Abril fosse Abril, com o seu movimento associativo, com os seus trabalhadores, com o seu Poder Local, nunca deixará que Abril morra e fará com certeza muito para que Abril viva e ajude a construir um país mais e mais livre e mais democrático. Viva o 25 de Abril, viva Almada.”

7.8 – Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal José Manuel Maia:

“Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados Municipais

Senhoras e Senhores Vereadoras e Vereadores

Distintos Convidados

Senhoras e Senhores Munícipes presentes

Com esta Sessão Solene a Assembleia Municipal de Almada comemora e evoca o 43º aniversário da Revolta e Revolução do 25 de Abril.

Aqui estamos por Abril e com Abril, construído por Homens e Mulheres, exaltando a ação dos Trabalhadores e do Povo e suas lutas mil, a ação heroica dos antifascistas, o empenho sublime dos democratas, a determinação e generosidade dos militares de Abril.

Aqui estamos porque partilhamos caminhos seus feitos e obra na construção do presente e do futuro na exigência do nosso próprio destino coletivo.

Estão aqui presentes representantes da grande família almadense, com as suas instituições, organizações e coletivos, obreiros do que somos e temos como comunidade, que se afirma, projeta, e constrói no nosso Concelho de Almada, solidário, humanista e de progresso, assente nos princípios, causas e valores de Abril.

É o Poder Local de Abril que também nos junta – o Poder Local Democrático Revolucionário de 1974 a 1976 e o Poder Local Democrático Constitucional de 1977 aos dias de hoje.

Com esta comemoração também evoco o 40º aniversário do Poder Local Democrático constitucionalmente consagrado e que eleito em dezembro de 1976 se constituiu e iniciou a poderosa e exaltante caminhada em janeiro de 1977.



Com Abril e por Abril, pela Constituição da República e seu Poder Local, impõe-se evocar também para não esquecer o papel, a ação e a obra do Movimento Popular, das Comissões Democráticas Administrativas, do Movimento das Forças Armadas, do 25 de Abril.

Essa quinta-feira de 1974, o dia 25 de Abril, a conquista da liberdade, o ultimo ditador rendeu-se no Quartel do Carmo e no Largo, no Largo do Carmo com o Capitão Salgueiro Maia os Pássaros das árvores eram Homens – esse foi o dia em que os Homens se Sentiram Pássaros e Pousaram nas Árvores.

Aquela manhã de 25 de Abril com que acordámos estremunhados com um Golpe de Estado protagonizado por Capitães, dos dias seguintes de alegrias e esperanças, mas também de dúvidas e incertezas com o Poder de Generais na Junta de Salvação Nacional. Testemunhámos e acompanhámos dias de sol e de nuvens, mas no radioso dia 1º de Maio deitámo-nos em Festa com uma Revolução, em que o Povo se assumia protagonista.

É aquele tempo em que cada um, em que todos nos sentimos parte de um todo, o todo Povo, que tem nas mãos o seu futuro e o poder de o conformar à medida do desejo coletivo de liberdade, de justiça, de progresso.

- Se me questionam se tudo foi bem feito, sem erros, sem excessos.
- Eu afirmo que certamente aconteceram excessos e erros.
- Mas o que marcou esse período foi o derrube do fascismo, a conquista da liberdade e o exercício da democracia.

O que marcou esse período foi o fim da ditadura que esmagava e explorava o povo português e os povos das colónias.

O que marcou esse período foram as profundas transformações na direção da democracia económica, social, cultural, política, foram, são as Conquistas de Abril em que o Poder Local se afirmou e afirma como uma das suas melhores realizações.

O Poder Local em Almada começou a ser construído no próprio dia 25 de Abril, quando nessa manhã, na rua das Salgadeiras, nº 18, 1º andar, sob a presidência de João Raimundo reuniu um grupo de democratas que decidiram convocar a população para um plenário nas Barrocas – nas Escolas do Desportivo da Cova da Piedade.

A população mobilizada acorre em grande número e o espaço torna-se pequeno, pelo que a Assembleia é transferida para o Ginásio-Cine da SFUAP onde são proclamados valores da liberdade e aprovadas as tarefas imediatas.

- Ação imediata de apoio aos militares revolucionários da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas que ocupavam a zona do Cristo Rei
- Manifestação reivindicativa de libertação dos Militares do Regimento das Caldas da Rainha, protagonistas do golpe de 16 de março, presos no Presídio da Trafaria.
- Mobilização para Lisboa de apoio aos militares revoltosos.
- Libertação de todos os presos políticos das prisões de Polícia Política – Forte de Caxias.



Tempo exaltante e de afirmação e envolvimento popular e de poder também aquele da manifestação do dia 27 de abril, que iniciada na Cova da Piedade, percorre a Cidade e na rua Capitão Leitão junto à Câmara Municipal, o Povo em uníssono grita engrandecendo os valores da liberdade e da democracia – Fascismo Nunca Mais. Liberdade, Liberdade.

É então que um grupo de manifestantes entre os quais estão José Gonçalves, Viriato Gonçalves, Álvaro Farinha, ZAL, Artur Neves de Almeida, sobem a escadaria dos Paços do Concelho e exigem em nome do Povo a demissão do presidente da Câmara nomeado pela ditadura e da sua vereação.

Nestas ações de exercício da liberdade, naquelas outras e diárias iniciativas realizadas naquele período, ali estava o Povo agarrando e construindo o futuro com as suas mãos. Ali também sendo parte, no meio, na frente, lá estavam igualmente os que lutaram contra o regime fascista na noite escura da ditadura. Ali estavam os Homens e as Mulheres e a Juventude da resistência, os obreiros da liberdade, só ali faltavam os que estavam ainda presos pela PIDE. Ali na rua, na frente, no meio, ali estavam aqueles que em 1969 no II Congresso da Oposição Democrática, ou nas ações da campanha eleitoral desse ano em que foi protagonista de referência o Dr. José Malheiro da Silva. Ali na rua também estavam os que participaram no III Congresso da Oposição Democrática realizado em abril de 1973 no Cine Avenida de Aveiro, sim lá estavam Ana Maria Antunes, António Reizinho, Henrique Barbeitos, José Alaiz, Marcos Antunes que integravam a Comissão Nacional do Congresso em representação do Distrito de Setúbal.

Ali estavam igualmente presentes aqueles protagonistas do distrito na batalha eleitoral de outubro de 1973 contra a União Nacional Fascista em que foram candidatos os almadenses Herculano Pires e Artur Neves de Almeida este em substituição do Marcos Antunes que foi impedido de se candidatar pelo regime fascista.

Senhoras e Senhores

A mobilização popular comunitária era universal, o processo avançava, os democratas encontravam-se e reuniam, o Presidente da Câmara nomeado pelo governo fascista foi deposto, pelo que se impunha a sua substituição pelo Poder do Povo, o novo Poder Local.

São então escolhidos 23 cidadãos para constituírem a nova Câmara Municipal e em 16 de maio de 1974, no Salão Nobre do Governo Civil de Setúbal em ato solene o Comandante Fuzeta da Ponte dá posse aos 7 membros da então denominada Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Almada.

Só 7 dos 23 foram empossados em cumprimento do Código Administrativo de Marcelo Caetano que continuava em vigor e assim determinava.

Permitam-me que nomeie os 7 generosos almadenses da Comissão Administrativa, manifestando-lhes muita gratidão pelo empenho, dedicação e obra:

Presidente Fernando Proença de Almeida e os Vogais Ana Maria Antunes, António Almeida Santos, Eduardo Alcântara, Fernando Brito Mateus, Herculano Pires, Nuno Cabeçadas.



No entanto os restantes 16 também generosos cidadãos foram depois empossados pelo Presidente da Comissão Democrática Administrativa formando grupos de trabalho e de apoio à ação dos diversos pelouros da estrutura orgânica municipal – são eles: António Martins Francisco, Carlos Alberto de Almeida, Fernando Valverde, Hélio Quartim, Jorge Martins Rodrigues, José Morgado, João Santos Calhau, Luís Milhano, Manuel Cabrito, Marcos Antunes, Aurora Xavier, Maria do Nascimento, Osvaldo Azinheira, Raúl Adão e Silva, Raúl Jacinto e Rui Pedrosa e ainda um pouco mais tarde foi o coletivo reforçado com os cidadãos Armando Henriques da Silva, Guilhermino Ramos, Henrique Silva, Joaquim Rodrigues e José Pinto Ângelo.

Também ao nível das Freguesias são constituídos pelas respetivas populações os órgãos de poder, as Comissões Democráticas Administrativas das Juntas de Freguesia – A 30 de maio de 1974 é formada a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia da Trafaria e em 6 de junho das freguesias de Almada, Caparica, Costa da Caparica e Cova da Piedade.

Reconhecimento a todos esses coletivos do Poder Local nomeando os seus Presidentes.

Da Junta de Freguesia de Almada, Jaime Soares, da Caparica, José António Lopes – ZAL, da Costa da Caparica, José Rosário Nunes, da Cova da Piedade, Manuel Francisco e da Trafaria, Carlos Manuel das Neves.

Senhoras e Senhores

Mas o Poder Local não se esgotava nas Comissões Administrativas e em comunhão de objetivos e ações desenvolvia-se entusiasticamente o Movimento Popular de Base – que juntos foram a base sólida do Poder Local Democrático que veio a ser consagrado na Constituição de Abril de 1976.

Movimento Popular, o Povo em movimento, exercitando e exercendo o poder no local.

Por todo o Concelho nascem e florescem estruturas de enlace e participação popular – Comissões de Moradores, de Trabalhadores, de Base de Saúde, Grupos de Alfabetização, as Comissões de Desenvolvimento, de Melhoramentos, de Apoio à Reforma Agrária, de Cultura e de Desporto, a Liga dos Médicos Progressistas, as Comissões de Turismo, de Iniciativas para a Infância, as Comissões Profissionais de Pescadores, de Rendeiros, de Assalariados Rurais e muitas mais, muitas outras que a grande riqueza criativa da Revolução gerava, incentivava e sustentava a participação popular. O 25 de Abril era vivido intensamente.

Só em Comissões de Moradores foram constituídas mais de 60 no nosso Concelho.

Tanta riqueza, tanta gente a trabalhar – O trabalho dignifica o homem – Trabalhar para a Comunidade a que pertencemos é um dever de cidadania – eram princípios básicos.

A quantidade e a diversidade das estruturas populares de poder local determina a necessidade de um nível superior de organização, de decisão e de relação com as Comissões Administrativas das Autarquias, assim como o aperfeiçoamento da participação e coordenação da ação local integrante de um programa de desenvolvimento concelhio.



É assim que surge a primeira experiência, com a realização no dia 26 de janeiro de 1975 da Assembleia Popular da Freguesia da Costa da Caparica, a primeira a nível nacional, e de tal maneira considerada importante que regista a presença de uma delegação do MFA.

Experiência tão bem sucedida que de imediato é preparada a assembleia concelhia e no dia 2 de fevereiro no Ginásio Cine da SFUAP é realizada a 1ª Assembleia Popular do Concelho de Almada, presidida pelas Comissões Administrativas da Câmara Municipal, Fernando Brito Mateus (Presidente) e como secretários, José António Lopes – ZAL Presidente da Junta de Freguesia da Caparica e Joaquim Godinho Secretário da Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

O Lema da assembleia “Unir e Organizar, Organizar e Lutar. Lutar e Vencer”.

A II APCA realiza-se a 20 de março de 1976 na SFIA e a III Assembleia Popular a 18 de setembro e 2 de outubro de 1976 no CIRL.

Senhoras e Senhores

A Assembleia Popular do Concelho de Almada enquanto congregadora da ação, empenhamento e realização das muitas e diversas estruturas populares locais, foi espaço e meio de excelência no aperfeiçoamento da democracia participativa, possibilitou o levantamento e sistematização dos problemas, necessidades e anseios das populações do Concelho que serviu de base à elaboração das propostas que deram corpo a cadernos reivindicativos e de ação, pois que se reivindicava mas também de fazia.

As Comissões Administrativas, aqueles Homens e Mulheres do movimento popular e do movimento associativo, os seus membros são exemplo de cidadania e referência municipal pelo feito e obra de dois anos e meio.

Nessa altura tudo estava por fazer e muitos, muitos, eram os problemas locais por resolver, pouco ou nada tinham, não tinham experiência, nem apoios e nem estrutura minimamente suficiente para tão grandiosa e exigente missão.

Mas eles, esses Homens e Mulheres do Poder Local Revolucionário, membros das Comissões Administrativas, pela grande dedicação cívica, pelo elevado espírito de servidores públicos, pela militância associativa de que eram portadores, pelos valores democráticos de liberdade, solidariedade e amor ao próximo, são exemplo e referência da comunidade e do Portugal de Abril.

Envolveram a comunidade na obra e no feito.

Aproveitaram superiormente o quase nada para tudo fazer.

E o feito e a obra, o todo de tudo, era entregue ao usufruto da comunidade.

O Poder Local Revolucionário passou o testemunho ao Poder Local Democrático consagrado na Constituição de Abril.

Acabámos de comemorar o 40º Aniversário da nossa Constituição da República e este ano comemoramos o 40º Aniversário da institucionalização do Poder Local Constitucional, fez em janeiro deste ano de 2017, 40 anos das tomadas de posse dos eleitos nos órgãos do poder local democrático constitucional.



Mas não podemos esquecer o caminho percorrido, muitos certamente ainda se lembram de Almada do antes de 1974, em que quase tudo faltava.

A maioria da população não dispunha de saneamento básico, a água ao domicílio não era para todos, a limpeza pública quase não existia. A rede viária era insuficiente, faltavam escolas, o património degradava-se, não existiam infraestruturas públicas para os idosos, os jovens, as crianças. Os serviços de saúde débeis. A Cultura e Desporto, apenas a oferta das coletividades.

O Novo Poder Local conquista de Abril realiza-se.

Em resultado das Primeiras eleições para Órgão das Autarquias, realizadas em dezembro de 1976, reúne aos 16 dias do mês de fevereiro de 1977 pela primeira vez a Assembleia Municipal de Almada tendo assumido a presidência da Mesa o cidadão almadense escritor e dramaturgo Romeu Correia, cujo centenário do seu nascimento se comemora, Romeu Correia que assumiu a presidência da Mesa por ser o 1º candidato da lista mais votada – a lista da FEPU – tendo como secretários os cidadãos Osvaldo Azinheira e Francisco Correia Tavares.

De imediato procedem à eleição da Mesa definitiva da Assembleia Municipal sendo eleito presidente o cidadão Nuno Manuel Perfeito Cabeçadas e eleitos como secretários os cidadãos João Carvalho Fernandes e Joaquim Godinho.

Hoje passados 40 anos, pelo empenho e desempenho desses cidadãos das Comissões Administrativas, do Movimento Popular, do Poder Local Revolucionário e dos Eleitos do Poder Local Democrático Constitucional, a todos, e também a todos nós, o nosso Concelho é referência nacional nos indicadores de bem-estar das populações, de qualidade de vida, de desenvolvimento e de progresso.

O Poder Local em Almada consolida-se, considero que se constrói e materializa porque existe uma cultura de pertença, de cada um se sentir parte, reforçando sentimentos humanistas, o amor às pessoas, o sentimento de pertença à coletividade, à rua, ao bairro, à freguesia, à sua cidade, ao seu concelho, sentindo-se assim protagonista da dinâmica de desenvolvimento e progresso da nossa terra. Vivemos novos tempos, tempos fascinantes, mas também tempos de preocupação e incertezas, reclamando na ação pública, na política, na polis, na governação, o reforço da participação e da proximidade como foi afirmado e proclamado no nosso II Congresso Almada. São também tempos de luta e lutas pela Paz.

Estes tempos exigem redobrada atenção à participação e intervenção dos agentes locais, das forças vivas, dos cidadãos, assim como a proximidade dos órgãos locais e seus titulares aos munícipes e fregueses.

A proximidade que colhe e acolhe a participação é hoje um conceito chave da governação das freguesias e dos municípios.

Eis assim a importância dos espaços políticos de proximidade, em que as Freguesias constituem sem qualquer dúvida o nível de poder local e de administração pública mais próximo dos cidadãos, estando



assim numa posição privilegiada para identificar problemas e criar dinâmicas de desenvolvimento e bem-estar através do envolvimento dos atores locais e dos cidadãos.

É por isto que se exige que todas as 11 freguesias do Concelho tenham a sua Junta de Freguesia e a sua Assembleia de Freguesia.

Senhoras e Senhores

O Poder Local, expressão e conquista de Abril, é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. Uma conquista que viu consagrados na Constituição da República os seus princípios democráticos essenciais, quer quanto à sua relação com o Poder Central (descentralização administrativa, autonomia financeira e de gestão, reconhecimento de património e finanças próprias, poder regulamentar), quer quanto à sua democraticidade (colegialidade, responsabilidade da gestão perante uma assembleia eleita diretamente e por sistema proporcional), participação popular e das suas organizações representativas.

A afirmação do Poder Local e as profundas transformações sociais operadas pela sua intervenção na melhoria das condições de vida da população e na superação de enormes carências são inseparáveis das características profundamente democráticas e da dinâmica popular que o Poder Local e o processo da sua institucionalização conhecem na sequência da Revolução de Abril.

O Poder Local, tal como a Constituição o estatui, é uma emanação e uma expressão direta da vontade popular, uma afirmação do carácter progressista e avançado do regime democrático resultante de Abril.

Senhoras e Senhores

Em Almada o Poder Local com os seus órgãos eleitos, e as suas instituições, organizações e associações recuperou décadas e décadas de atraso, muito se fez, que grande volta se deu.

Com deficiências e insuficiências, certamente.

Mas estou certo que todos nos revemos nesta odisséia de vida, de amor pela nossa terra, de vivências solidárias, de participação, de lutas e labutas, de construção de caminhos com Abril.

E continua a ser em Abril e também em Maio que reside a esperança de um Portugal mais justo e solidário.

Viva o Concelho de Almada e as suas Gentes

Viva o Portugal de Abril”

8 – Passou-se ao momento cultural pelo Coro Polifónico do Clube do Sargento da Armada.

8.1 - Esta Coletividade, Clube do Sargento da Armada, foi criado em 22 de fevereiro de 1975, satisfazendo uma velha aspiração da classe, na sequência das liberdades alcançadas com o 25 de Abril de 1974. Ao longo da sua existência tem pugnado pela dignificação dos sargentos da Armada, no respeito e valorização dos deveres e tradições da Marinha, desenvolvendo as mais variadas ações de índole recreativa, desportiva e cultural. Goza de elevado prestígio e consideração no seio das coletividades associativas e entidades oficiais e privadas, dos concelhos de Lisboa e Almada, tendo sido reconhecido como pessoa coletiva de utilidade pública nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7



de Novembro, conforme consta do despacho publicado no Diário da República II série n.º 229 de 03 de Outubro de 2000.

8.2 - O Coro Polifónico do Clube do Sargento da Armada foi criado em 03 de outubro de 2002, por vontade dos órgãos diretivos e sócios, tendo realizado o seu primeiro ensaio no dia 7 do mesmo mês e ano. É constituído por sócios, seus familiares e amigos, e faz parte do núcleo cultural do clube, na vertente da música vocal polifónica. Apresentou-se aos sócios e seus convidados no dia 05 de maio de 2003, na forma de ensaio alargado inserido nas comemorações do 19º aniversário da delegação do Feijó, assumindo-se como sendo o seu batismo, cujo apadrinhamento esteve, honrosamente, a cargo do professor e maestro Edgar Saramago. De então para cá, tem realizado concertos nas áreas de Lisboa, Almada e em diversos pontos do País. Em 2006, 2009, 2012, 2014 e 2016 organizou os I, II, III, IV e V Encontros de Coros do CSA no Feijó. Em 2008 participou no programa “Cais da Matinha” da TSF, em 2010 participou na Missa de Encerramento do 50º aniversário do Monumento a Cristo Rei e em 2012 participou no programa da RTP1 “Portugal no Coração” pelo 50º aniversário do N.R.P. Sagres ao serviço da Marinha de Guerra Portuguesa. Procura incrementar o gosto pela música polifónica e propõe-se estudar e interpretar um leque alargado de peças antigas, clássicas e contemporâneas, de compositores estrangeiros e nacionais. Pretende fazer música pela música na incessante busca da qualidade polifónica. É dirigido, desde a sua criação, pelo maestro Euclides dos Anjos Pio.

8.3 – O Maestro Euclides dos Anjos Pio nasceu em 25 de outubro de 1948, na freguesia de Granja do concelho de Penedono, distrito de Viseu, tendo aí realizado os primeiros estudos. Com 17 anos optou pela carreira militar na Marinha, onde permaneceu até 01 de janeiro de 2004. Ao longo da sua carreira profissional tirou vários cursos, nomeadamente o Curso de Formação de Oficiais do Serviço Especial, na Escola Naval, tendo ascendido ao posto de Capitão-de-Fragata. Desempenhou diversas funções, sempre de forma empenhada e discreta, quer a bordo dos navios quer nas unidades em terra. Possui vários louvores e condecorações, relevando as medalhas de: Campanhas em África, comportamento exemplar, mérito militar e serviços distintos. É Sócio Honorário da Casa do Concelho de Penedono, em Lisboa, tendo sido seu Presidente da Direção durante o período de 2002 a 2016. Estudou filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É licenciado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É mestre em direito, na área das Ciências Jurídico-Empresariais, por esta mesma Faculdade de Direito.

Não sabe de onde lhe vem a vocação musical. Talvez os sons diferenciados da natureza, conjugados com as melodias populares e a difusão da música dos anos 60 tivessem exercido alguma influência. Aos 18 anos iniciou os seus estudos musicais em Lisboa na escola de música Senófila, com Sena Pinheiro. Foi aluno do Instituto de Música Vitorino Matono, tendo, aí, estudado: acordeão com os professores Vitorino Matono, Joaquim Raposo e José António; composição com o professor Jorge Machado; formação musical com a professora Maria Manuel; história da música e acústica com a professora Helena Lima; técnica coral e vocal com o professor Edgar Saramago. Concluiu o Curso Complementar de Acordeão neste Instituto, sob a égide da Escola de Música do Conservatório



Nacional. Tirou os VI, XI e XVIII cursos de direção coral e técnica vocal de Vila Franca de Xira, cuja direção pedagógica foi do maestro Edgar Saramago, sendo o corpo docente constituído pelos professores: Artur Pinho Maria, Vianey da Cruz, John Roos e Edgar Saramago. Foi coralista do Coro da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, do Grupo Coral Canto Novo, do Coro da Universidade de Lisboa, da Classe de Coro do Instituto de Música Vitorino Matono e ministrou aulas de orquestra sénior neste Instituto. Dirigiu o Coro Polifónico do Sporting Clube de Portugal. Dirige o Coro Polifónico do Clube do Sargento da Armada desde a sua criação em 3 de Outubro de 2002.

8.4 – São Elementos constitutivos do Coro Polifónico do Clube do Sargento da Armada:

Maestro: Euclides dos Anjos Pio

Sopranos: Elisabete Margarida Antunes Pio; Helena Maria Fernandes Antunes Pio; Maria Inácia Capucho Mendes; Maria Ascensão Gonçalves; Amélia Mateus Melchior A. Reis; Rosária de Fátima da Silva Costa; Fernanda da Conceição da S. Faustino; Maria de Lurdes Mateus; Teresa de Jesus Faria Machado.

Contraltos: Maria Manuela R. dos Santos Andrade; Preciosa Simões dos Santos; Maria Celeste Horta; Maria Luísa dos Santos; Sónia Rafael Antunes Pio.

Tenores: Manuel Correia Fernandes; Higinio Alves dos Reis; Porfírio Júlio Amorim; Pedro Manuel Sérgio F. Andrade; José Joaquim Lopes.

Baixos: António Augusto Horta; José Manuel Jorge; Fernando Mendes; Vítor Manuel Horta; João Daniel Faria da Silva Costa; Manuel Dias Loureiro.

8.5 - O Coro interpretou o seguinte programa:

Meu Lírio Roxo - Pop. Alentejo, Harm. P. Tersísio, séc. XX;

Se Fores ao Alentejo - Pop. Alentejo, Harm. Edgar Saramago, séc. XX;

Canção do Mar - Let. F. de Freitas, Mú. F. Trindade; Arr. J. Narciso, Adap. Euclides Pio, séc. XX;

Signore Delle Cime - Giuseppe De Marzi, séc. XX;

Canto de Paz - Música: Fernando Lopes Graça - Letra: Carlos de Oliveira, séc. XX;

Mãe Pobre - Música: Fernando Lopes Graça - Letra: Carlos de Oliveira, séc. XX;

Jornada - Música: Fernando Lopes Graça - Letra: João José Cochofel, séc. XX;

Canto do Livre - Música: Fernando Lopes Graça - Letra: Soares de Passos, séc. XX;

Acordai! - Música: Fernando Lopes Graça - Letra: José Gomes Ferreira, séc. XX;

Grândola, Vila Morena - Música e Letra: José Afonso - Harm.: Fernando Lopes Graça, séc. XX;

A Portuguesa, HINO NACIONAL - Música: Alfredo Keil - Letra: Henrique Lopes de Mendonça, séc. XX.

9 – Findas as intervenções o Presidente da Assembleia despediu-se de todos os presentes, voltando a agradecer ao Presidente da Câmara Municipal, aos Grupos Municipais e a todos os protagonistas da Sessão Solene Comemorativa do 43º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

10 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H05 do dia 28 de abril de 2017.

11 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Francisco António Fernandes Navarro; Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Francisca Luís Baptista Parreira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, António José Pinho Gaspar Neves, Francisco Miguel Pereira Cardina.

12 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e a TV Almada; e de noventa e seis Srs. Munícipes.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____